

1.

Introdução

Argue as much as you like and about whatever you like, but obey!

Immanuel Kant, What is Enlightenment?¹

Na mensagem de abertura da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) está expresso que a instituição foi criada “para reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos (...)” e “para promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla”. Nessas poucas palavras, encontramos conceitos como “direitos humanos”, “promoção do progresso social” e “liberdade”, tão disseminados ao longo das últimas décadas por narrativas ocidentais que se legitimaram como o caminho óbvio para a paz universal.

A paz se reafirmou ao final do século XX como o fim último da humanidade. Comumente interpretada de forma negativa, como o intervalo entre guerras ou ausência de conflitos, o conceito de paz começou a ganhar uma conotação distinta a partir da década de 1960. Nesse contexto, destacaram-se os trabalhos de Johan Galtung, que ficou conhecido como o pai dos estudos da paz. Galtung introduziu o conceito de violência estrutural e defendia que a paz deve ser alcançada ativamente, buscando e eliminando as causas subjacentes ao conflito de modo que a construção da paz seja sustentada. Em outras palavras, defendia que se deve buscar as raízes da violência direta na estrutura que criou tais condições para que a violência seja resolvida de forma definitiva.

A releitura do conceito de paz, somado a outros movimentos conceituais e na prática das operações de paz (OPs) alterou a forma como as Nações Unidas lidavam com a resolução de conflitos. No período pós-Guerra Fria, as operações de paz se voltaram à resolução de conflitos civis, ou seja, conflitos intra-estatais. Nesse contexto, adquiriram as ferramentas e a autoridade para intervir, por meio das operações de *peacebuilding* (construção da paz), nos Estados onde os conflitos desestabilizavam a ordem e impediam tais sociedades de se inserirem “nos trilhos do progresso e rumo à paz”, como repetia o discurso.

¹ Kant, 1991, p.59

A crença na conquista da paz internacional por meio da transformação estrutural dos Estados tem sua origem, em grande medida, atribuída ao pensamento liberal, porém, a associação não é automática, mas fruto de desenvolvimentos históricos e interpretações particulares do liberalismo, que culminaram na defesa de uma narrativa a que se denominou ‘paz liberal’.

O discurso da paz liberal passou a vincular a paz internacional à estrutura interna dos países. Isso significa que tanto a ordem políticoeconômica doméstica quanto o arcabouço normativo dos Estados podem definir como os Estados agem no sistema internacional. Portanto, a busca pela paz internacional deve considerar a tendência dos Estados individualmente ao pacifismo ou à agressividade. A partir do final da década de 80, dissemina-se a ideia de que as relações entre Estados liberais são pacíficas.

A paz liberal traz a associação direta da paz internacional com a estrutura políticoeconômica doméstica dos países. Desse modo, as operações de *peacebuilding* se tornam uma ferramenta por meio da qual um ideal de Estado liberal-democrático é disseminado. Com a quarta geração das operações de paz, o *peacebuilding*, almeja-se não somente o fim da violência imediata, mas transformar a estrutura que condiciona o estado de violência, voltando-se o olhar para as condições socioeconômicas e políticas daquele território cuja paz deve ser (re)construída.

O otimismo em relação à ampliação do escopo das operações de paz, que passaram a se envolver cada vez mais com a ordem interna dos Estados, foi contrastado com uma série de limitações e com o fracasso em construir a almejada paz sustentável, o que estimulou o surgimento e a disseminação de uma literatura crítica das operações de *peacebuilding*.

Um dos principais problemas das operações de *peacebuilding* seria, de acordo com a crítica, a lacuna que surge entre a paz criada pela intervenção e a população ‘local’ em questão. Sugere-se então que esse modelo ‘ideal’ de Estado exportado para os territórios pós-conflito por meio das operações de *peacebuilding* seja historicizado de modo que se revele a cultura particular nesse discurso que se apresenta como universal, bem como a cultura particular ‘local’ como resistência ao discurso universalizante proveniente do ‘internacional’².

² “Internacional moderno” entendido como uma concepção de espaço em que se delimitam formas de poder. O conceito tratado aqui foi inspirado na leitura de Rob B. J Walker. Como

Este trabalho parte do desejo de investigar a crítica à ‘paz liberal’ para discutir o lugar do ‘local’ em tais narrativas críticas. Ou seja, busca analisar como se dá a inversão da hierarquia ‘internacional’/ ‘local’ na proposta crítica. Iniciar essa discussão demanda, por sua vez, a enunciação de alguns movimentos iniciais. Por um lado, um mergulho nas articulações discursivas que permitiram a construção de uma compreensão de paz em torno de noções de institucionalização, democratização e liberalização. Por outro, a análise da massa crítica que denuncia a disseminação pela ONU de uma receita para a paz baseada em valores universalizantes que culmina na construção de uma ordem vazia de significado ‘local’. Por fim, um relato sobre como a mobilização da crítica em prol da inclusão do ‘local’ no processo de construção da paz mascara pressuposições sobre a posição desprivilegiada do ‘local’ em relação ao ‘internacional’.

Os repertórios discursivos da ‘paz liberal’ e de seus críticos são o centro da indagação deste estudo. No encontro entre essas duas noções há um discurso sobre hierarquia e autoridade. O ‘local’ é confrontado com a precariedade da sua posição. Constrói-se, então, uma narrativa sobre o lugar do ‘local’ nas operações de paz da ONU que não é senão uma narrativa sobre a sua subalternidade em face do ‘internacional’.

A crítica à disseminação da paz liberal por meio das operações de *peacebuilding* encontra no empoderamento do ‘local’ e na defesa de uma maior vigilância dos elementos do cotidiano da sociedade a alternativa à imposição de valores dominantes. As perguntas que serão respondidas estão centradas na complicada distinção entre o ‘internacional’ e o ‘local’ e como esse encontro é retratado pela crítica da paz liberal em sua iniciativa de envolver o ‘local’ periférico com as hierarquias do ‘internacional’. O foco desta dissertação, portanto, é rastrear esse espaço político imaginado pela literatura crítica da paz liberal que trata das estratégias de engajamento deste ‘local’ com o ‘internacional’ para que se feche a lacuna entre a paz criada e a paz esperada.

Considerando a importância defendida pela crítica da paz liberal de se reconhecer o ‘local’ como sujeito no processo de construção da paz para que o

‘internacional’, a dissertação se refere aos atores, não residentes no território pós-conflito, que estão envolvidos no processo de construção da paz, e como ‘local’, o texto se refere à sociedade receptora das operações de construção da paz. O ‘internacional’ também é compreendido como o espaço em que formas políticas autorizadas se relacionam, e o local como o que deve ser incluído.

projeto seja legítimo ‘localmente’, questiona-se: como se definem o espaço e as condições em que o ‘local’ surge no discurso da crítica?

Uma corrente crítica mais recente da paz liberal, liderada principalmente pelos estudos de Oliver P. Richmond, tem defendido a paz híbrida como alternativa à paz liberal. Ao contrário da paz liberal que tem princípios e características identificáveis, a paz híbrida não é definível ou categorizável, mas compreendida como um processo. A crítica defende que o ‘internacional’ e o ‘local’ já não são em princípio identidades fixas e puras, mas resultado de um processo de hibridização. Com a intervenção de paz, o encontro entre ‘internacional’ e ‘local’ dará origem naquele espaço de interação a um híbrido que é distinto das formas imaginadas inicialmente.

A paz híbrida proposta pela crítica é sempre negociada. O conceito escapa a uma definição porque cada processo é único e dependente do encontro, do contexto e da interação. A presente dissertação corrobora o argumento de que paz é um processo dinâmico e contextual, mas questiona as limitações da proposta da paz híbrida como alternativa à paz liberal, ou como solução para os problemas da paz liberal destacados pela crítica.

Defende-se que a crítica à paz liberal ignora a problemática da autorização da ‘agência’ e as condições de possibilidade para a ação política. O híbrido resultante do encontro do ‘internacional’ com a população ‘local’ nas operações de *peacebuilding* se apresenta nos termos do discurso dominante.

O ponto de partida para a investigação é o reconhecimento da centralidade do ‘internacional’ e, portanto, de suas hierarquias na constituição de uma narrativa do lugar do ‘local’ no político nesse contexto das operações de *peacebuilding*. A internalização de princípios ético-normativos em que se baseiam e se organizam sócioeconômica e politicamente as sociedades ocidentais parece determinar os termos em que é possível conceber a autorização de qualquer voz à sociedade ‘local’.

A busca por autonomia enquanto a habilidade de uma sociedade de tomar decisões próprias segundo suas percepções de necessidades e objetivos sem a interferência de forças externas comunica-se fortemente com as restrições de uma condição periférica. O desejo de participação e a busca obstinada por ‘autonomia’ na construção da paz, processo muitas vezes vinculado à (re-)construção do

próprio Estado, estão constituídos pela suposição de que o ‘local’ ocupa um lugar à margem do processo liderado pelo ‘internacional’.

A pergunta central que norteia esta pesquisa é: a crítica resolve os problemas que pontua em relação à paz liberal? Dado este questionamento central, pretende-se investigar a possibilidade lógica de engajamento com o ‘local’ no contexto de uma operação de *peacebuilding*. Como a representação oferecida pela crítica à paz liberal desse encontro fundamenta uma narrativa sobre o “lugar político do ‘local’ nas intervenções de construção da paz”?

A hipótese inicial é que a reivindicação da crítica da paz liberal de que o ‘local’ deve ser elevado a sujeito que resiste e transforma a paz por meio de seu envolvimento com o ‘internacional’ no processo de construção da paz contrasta à ruptura com a lógica universalizante na qual o ‘internacional’ se insere. Afirma-se então a impossibilidade de acessar o ‘local’ nesse contexto, sem a prévia assimilação do ‘local’ no rol de significados que condiciona o espaço político, entendido aqui também como o espaço de ação.

O objetivo geral deste trabalho é recorrer à disciplina de Relações Internacionais e à interdisciplinaridade dos estudos culturais para traçar o imaginário que constrói e fundamenta um discurso sobre a relação entre um ‘internacional’ e um ‘local’, do ‘universal’ com um ‘particular’.

1.1

Estrutura da dissertação

No primeiro capítulo, a paz liberal é problematizada enquanto discurso universalizante e excludente. Expõem-se as premissas e os ideais liberais que se expressam no discurso da paz liberal nas operações de paz das Nações Unidas. O pensamento liberal é explorado brevemente, para que sejam examinadas as interpretações da obra *A Paz Perpétua* de Immanuel Kant que se articularam na reprodução de um discurso da paz liberal. Finalmente, o capítulo investiga a influência do pensamento liberal nas transformações conceituais e práticas nas operações de paz (OPs) das Nações Unidas (ONU), que vinculada a outros movimentos teóricos e experiência em campo, condicionaram o surgimento de gerações de OPs mais robustas e intrusivas, autorizadas a intervirem nos assuntos internos de Estados em conflito em nome da paz e segurança internacionais.

No capítulo seguinte, as críticas à paz liberal serão exploradas de modo que os problemas da paz liberal sejam identificados em tais discursos. Assim, torna-se possível explicitar as soluções apresentadas para tais problemas. O capítulo discorre sobre o surgimento da literatura crítica da paz liberal nas operações de *peacebuilding* e oferece uma divisão da literatura crítica de acordo com as soluções apresentadas para o lugar do ‘local’ no processo de construção da paz, focando a análise na proposta de uma paz híbrida que seria uma via média entre a paz liberal e a paz ‘local’.

Apresentada a proposta da paz híbrida no segundo capítulo, o terceiro capítulo investiga os limites dessa proposta de transcender a paz liberal. Investiga-se as possibilidades de resistência à assimilação, de inversão das hierarquias e engajamento com o ‘local’ para a construção de uma paz legítima.

A proposta desta dissertação é expor as inconsistências teóricas e práticas da crítica à paz liberal, sendo portanto, uma crítica à crítica. Desse modo, é necessário expor as diferentes perspectivas a partir das quais se torna possível atribuir significados à palavra “crítica”. Para tanto, são apresentadas as perspectivas teóricas e os conceitos que guiam a literatura crítica recente da paz liberal nas operações de *peacebuilding*. Analisa-se a importância do surgimento de novos debates e perspectivas teóricas na disciplina de Relações Internacionais para o desenvolvimento e a inclusão da subárea de estudos da paz e resolução de conflitos.

A crítica à crítica não pretende legitimar o objeto da crítica, ou seja, não almeja um retorno à paz liberal, assim como não ambiciona a proposição de soluções ou alternativas. Propõe-se um debate sobre os elementos sobre os quais a crítica está fundamentada, o que por sua vez revela a resiliência de certos princípios universalizantes e ‘universalizados’. Como método, emprega-se a análise dos discursos e das narrativas críticas à paz liberal e recorre-se à antropologia para explorar o conceito de cultura aplicado pela crítica à paz liberal.

1.2

A crítica e a emancipação

A Escola de Frankfurt de teoria crítica propõe a retomada do projeto de Kant, que julgam como incompleto. O termo ‘teoria crítica’ foi usado a primeira

vez em 1937 pelo filósofo alemão Horkheimer em um artigo escrito para um periódico produzido pelo Institute for Social Research. A teoria crítica buscava questionar a reivindicação da razão como fonte da verdade (Murithi, 2009: p.31).

A teoria crítica foi articulada e aplicada às Relações Internacionais na década de 1980. Uma questão central para a crítica era o fato de a metodologia positivista importada das ciências naturais resultar na falta de certo reflexivismo teórico (Murithi, 2009: p.32). Robert Cox (1981: p.128) observou que era necessário questionar afirmações teóricas ‘dogmáticas’ porque no fim, “*all theory is for someone and for some purpose*”.

A teoria crítica nas Relações Internacionais defende uma epistemologia cujo propósito deixaria de ser o da mera observação e documentação das irregularidades no âmbito empírico para se voltar também à exploração da possibilidade de reduzir as injustiças entre os atores na esfera global (Murithi, 2009: p.32).

Linklater (1990: p.151) defende uma teoria crítica das relações internacionais que se baseie em modelos que considerem a relação entre teoria e prática. A iniciativa deve incluir aqueles que atualmente estão separados por Estados e se engajar no desenvolvimento das relações sociais e políticas dentro dos limites das sociedades existentes. Tais objetivos são consonantes com os objetivos da construção da paz.

Murithi (2009: p.33) argumenta que a teoria crítica e os estudos da paz se aproximam por esse propósito comum. Uma epistemologia moral crítica de construção da paz deve buscar um entendimento de mundo que ao mesmo tempo se comprometa em explorar as alternativas futuras para redução e erradicação das injustiças que fomentam o conflito.

Os estudos da paz, ao engajar questões estruturais do conflito, oferecem legitimidade às atitudes e às perspectivas de pesquisadores e praticantes de *peacebuilding*, bem como aos tomadores de decisão e atores políticos. Para Murithi (2009: p.33), a relação entre conhecimento e ação se reforça mutuamente, motivo pelo qual se faz necessário garantir que certa introspecção moral e auto-reflexão prevaleça no *peacebuilding*.

A teoria crítica abriu espaço para que florescessem os estudos da paz e de resolução de conflitos engajados em questionar a estrutura dominante por trás das intervenções de paz. A crítica estrutural da paz liberal foca, por exemplo, nos

problemas das políticas econômicas neoliberais para a reconstrução pós-conflito e sugere que, a serviço dos interesses das potências dominantes e das instituições financeiras internacionais, as políticas da paz liberal acabam por reproduzir as condições estruturais e possibilidades para o conflito (Cramer, 2006; Pugh, 2008).

Essa abordagem a partir da teoria crítica sugere de forma otimista que a emancipação é possível, uma vez identificadas as estruturas dominantes a serem desafiadas por abordagens da paz liberal mais reflexivas, emancipatórias e *'bottom-up'*, provenientes da resistência.

1.3

A crítica, a desconstrução e a genealogia

O pós-estruturalismo representa uma outra vertente da frente crítica que foca em interrogar, minar e superar as estruturas teóricas positivistas e racionalistas que têm dominado as abordagens ortodoxas das Relações Internacionais no meio acadêmico ocidental e no mundo político. O pós-estruturalismo se distingue por sua postura anti-fundacionalista contra as meta-narrativas progressistas do iluminismo e o determinismo estrutural, ambos acusados de serem ontológica e metodologicamente falhos. Segundo Richmond (2008: p.454), o pós-estruturalismo *"opens up radically new possibilities for an ontology, or ontologies, of peace, for methodology, and towards an understanding of the relationship between discourse, texts, knowledge and power"*.

Um dos métodos da abordagem pós-estruturalista é a genealogia. As abordagens genealógicas revelam os mecanismos por meio dos quais determinados conceitos se tornam 'naturais'. A desconstrução permite que as relações internacionais sejam lidas como um texto. Dessa forma, é possível o engajamento em um debate reflexivo sobre significados, sobre conhecimento, sobre os problemas causados pelo logocentrismo e as oposições binárias que emergem das epistemologias liberais e positivistas (Richmond, 2008: p.455).

Genealogia não se opõe à história, mas de acordo com Foucault (1984: p.77), rejeita o *'metahistorical deployment of ideal significations and indefinite teleologies'*. Dessa forma, se opõe à busca por "origens" ou "essências". O propósito da história, guiado pela genealogia, não é o descobrimento das raízes de nossa identidade, mas o comprometimento com a dissipação dessa identidade.

Não busca definir, delimitar, tornar coerente, mas tornar visível todas as discontinuidades ao redor das definições, delimitações e supostas coerências (Foucault, 1984: p.95).

Por meio de seu método ‘genealógico’, Foucault procura desnaturalizar não somente as regras que levam os membros de uma sociedade a aceitar declarações de verdade e rejeitar outras como falsas, mas também revelar as condições históricas e sociais que criaram as instituições nas quais as regras são aceitas. Na formulação de uma epistemologia, Foucault propõe a desconstrução dos discursos, a revelação das práticas discursivas e problematização das regras inerentes à ‘função enunciada’.

Para os pós-estruturalistas, as dicotomias são definidas cultural e historicamente. Eles percebem as declarações de significados fixos como camuflando um significado privilegiado, auto-interesse e ‘hierarquias violentas’. A crítica para os pós-modernos pretende “*to show that things are not as self-evident as one believed, to see what is accepted as self-evident will no longer be accepted as such. Practicing criticism is a matter of making facile gestures difficult*” (Foucault, 1988: p.155).

Ao responder a pergunta: ‘o que é crítica?’, Foucault define sucintamente como “*the art of not being governed quite so much*” (1997: p.29). Acrescenta ainda que ‘crítica’ é um movimento por meio do qual o sujeito se arroga o direito de questionar a verdade e seus efeitos de poder e questionar poder em seus discursos de verdade (Foucault, 1997: p.32).

1.4

A crítica e a cultura

Um grande número de autores e participantes de resolução de conflito vem destacando a importância da cultura na resolução de disputas. Basicamente, defendem que se o conflito é culturalmente localizado, é muito relevante que os fatores culturais sejam considerados e respeitados no planejamento e gerenciamento de uma (re-)construção pós-conflito (Avruch, 1998: p.63). John Paul Lederach (1995) rejeita a ideia de que é viável que atores externos tenham o monopólio de um processo de *peacebuilding* e destaca a importância de estímulos locais para que a reconstrução aconteça de forma legítima e sustentável.

Essas abordagens em defesa da ‘inclusão’ do ‘local’ e do cultural variam. Algumas mantêm certo conservadorismo e limitam a inclusão do local nos limites estruturais das operações. Outras abordagens estão engajadas em um projeto interdisciplinar, trabalhando com conceitos da antropologia, sociologia e psicologia, por exemplo. Essas abordagens mais recentes vão dar origem ao conceito de paz híbrida, analisado nesta dissertação.

A preocupação com o conceito de cultura e o problema da diferença é trazido para a disciplina de Relações Internacionais e para os estudos da paz e resolução de conflitos principalmente pela crítica pós-colonial. A cultura tem um papel fundamental na literatura crítica dos estudos da paz e conflito. Brigg (2010: p.329) alega que as formas como os indivíduos e grupos dão significado ao seu mundo social e físico, e os valores, crenças e processos que são reproduzidos por meio dessa ação de dar significado às coisas, tem implicações sobre como os conflitos são promovidos e como a resolução é buscada, e sobre as ideias e práticas sobre o que constitui paz.

O reconhecimento de que a cultura tem maior importância e influência para o conflito e paz é uma tendência que se expande a partir da década de 1980 e se fortalece nos anos 90. Rubinstein e LeCron Foster (1986), Ayruich e Black (1987), trouxeram percepções da antropologia para o recém-formado Instituto para Análise e Resolução de Conflitos da George Mason University. O argumento principal desses autores era de que a cultura tem papel constitutivo e não incidental na promoção e condução do conflito. A cultura expressa como as sociedades concebem o conflito, os significados que tiram daí e como processam o conflito.

Brigg (2010: p.336) salienta que cultura é um termo muito amplo e complexo, que pode ser usado de muitas formas diferentes pelas disciplinas e contextos populares. Muitas vezes, cultura implica um conjunto de premissas muitas vezes contraditórias, e seu significado é contestado desde que cultura está limitada pelas fronteiras nacionais e pelas lutas pós-coloniais ao longo dos séculos.

Definir cultura é um empreendimento problemático. Brigg (2010: p.336) mostra que uma tentativa recente por definir cultura resultou em uma obra (*Redefining Culture*, Mahwah, 2006) de 87 páginas de definições. Entretanto pesquisas e análises de assuntos culturais nos estudos da paz e conflitos não

podem evitar a complexidade, e devem aproveitar para investigar melhor a diversidade humana.

Cultura não é um termo que tenha significado intrínseco. Cultura é uma formulação contingente conceitual, uma forma de conhecer as diferenças humanas invariavelmente seletiva baseada na crença de que os processos de representação são criados e não simplesmente reflexos de uma realidade pré-existente. Para Homi Bhabha (1994: p.114), as diferenças culturais “*are not simply there to be seen or appropriated*”, pois o processo de diferenciação é em si “*the effect of discriminatory practices*”. Assim sendo, o conceito de ‘cultura’ ajuda a construir, produzir e manter diferenças culturais mesmo quando procura explicar e entender a diferença.

Esclarecidas as diferentes formas de crítica, afirma-se que a dissertação está inserida em uma pretensão pós-estruturalista de analisar e problematizar o discurso da crítica à paz liberal, de forma a revelar as inconsistências de suas propostas e a resistência das hierarquias em sua tentativa de engajamento com o ‘local’. Contudo, as abordagens críticas culturais são extremamente relevantes e complementares ao entendimento e à análise desse encontro.

A proposta da dissertação não é transcender os limites da crítica da paz liberal, mas expô-los. Mais uma vez, ressalta-se que a realização de uma crítica da crítica à paz liberal nesta dissertação não pretende um retorno ou uma apologia à paz liberal. A inviabilidade de engajamento com o ‘outro’, argumento principal desta pesquisa, não precisa significar inação ou ceticismo, mas um convite ao auto-reflexivismo e um debate sobre os modos como o ‘internacional’ é normalizado.